

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

conhecimento prévio e negociação da legislação que lhe era dedicada. Tal nunca se efetuou, com as distorções daí advindas. As reformas administrativas que se levaram a cabo (recorde-se a de 2003) não vingaram, outras se anunciavam (executivos monocores) e a necessária regionalização continua apenas na Constituição (apesar de constituir a trave-mestra da reforma do Estado).

Também a atual operação de fusão ou extinção de municípios e freguesias sofre objeções, baseando-se em critérios quantitativos e ao não derivar de estudos prévios que a fundamentem. E sem que se vislumbre a auscultação das populações visadas. O Poder Local encontra-se, deste modo, sujeito a sérias ameaças de recentralização resultantes da crise e da cultura política vigente.

Fernando Ruivo

Poesia

Fazer da/na palavra. Neste sentido etimológico, reconhecido por Aristóteles, percebe-se como o sentido de poesia se funde com o sentido de linguagem e como ela se inicia com o primeiro grito do/a recém-nascido/a. Esse grito, essa primeira extensão do corpo, que é a matéria do som e/ou da vida a fazer-se em respiração, é a primeira coisa “forjada”, diz o poeta Charles Bernstein, revelando a duplicidade da “coisa feita”: a Poesia/linguagem é, simultaneamente, natural/verdadeira e artificial/falsa. Ciente desse conflito, Aristóteles oferece como Poética uma Dramática. O sentido etimológico de poesia inclui assim, inevitavelmente, um sentido político radical: esse “forjar” é, antes de qualquer outra coisa, ato – ato de presença na vida e ato de construção daquilo a que chamamos “real” (uma construção, social e histórica, na linguagem). Em qualquer caso, trata-se sempre de um processo dinâmico e aberto à possibilidade, sempre raiz da transgressão dos modelos de representação dominantes, sempre lugar da alternativa – sempre um devir.

Sabendo que a poesia poria em perigo a ordem dominante na República, Platão dela expulsou os poetas. E, contudo, afirmou também esse discurso fora da ordem como um dos raros a conseguir aceder à verdade.

Se, sem palavras, somos cegos, como dizia Rimbaud, então o nosso olhar só poderá ver um mundo novo quando formos capazes de o dizer/fazer outramente. Toda a linguagem que se pretende emancipatória assenta assim no poético: oferecendo outros modelos de representação, ela (re)faz o mundo e devolve-nos à origem de toda a poesia (que o mesmo será dizer, à sua natural função política e social). A poesia não serve para fazer o belo

(conceção que nos chega de um recente séc. XVIII), mas para ativar o potencial criativo de cada um/a de nós. Perante a atual crise mundial, a ativação desse potencial é uma questão de sobrevivência. Por isso, hoje em dia, como Bernstein diz, é preciso que a poesia seja tão interessante quanto a televisão – e bastante mais surpreendente.

Graça Capinha

Políticas públicas

Programas e ações do governo (central, regional, local) com repercussão na vida das populações em domínios como educação, saúde, proteção social, emprego, habitação, transportes, ambiente, entre outras. Configuram escolhas, por vezes refletidas em nova legislação, e traduzem-se em certas opções para o uso dos recursos públicos, em detrimento de outras. Daí que envolvam (re)distribuição de poder e custos e benefícios diferenciados para diferentes atores sociais com interesses contraditórios. Constituem processos dinâmicos, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coligações de interesses, acabando por expressar as opções e visões do mundo daqueles que controlam o poder numa dada sociedade.

Na sequência da crise financeira internacional de 2008 ocorreu uma clara reorientação dos recursos públicos para o saneamento e recapitalização do setor financeiro, em detrimento de aplicações alternativas, com fundamento na necessidade de impedir o colapso de todo o sistema económico. Contudo, o auxílio financeiro que os Estados prestaram àquelas entidades conduziu ao agravamento do endividamento público, dando assim origem à subsequente crise da dívida soberana, vivida com particular intensidade em países como a Grécia, a Irlanda ou Portugal. As opções de política pública que têm vindo a ser feitas neste contexto acabaram colocando estes países e as suas populações reféns do setor financeiro globalizado (resgatado do colapso com recurso a meios públicos), uma vez que é este que sanciona a dívida pública dos Estados nacionais.

O crescimento, a criação de emprego e a promoção de uma repartição de rendimento mais equitativa são, pois, objetivos de política submetidos ao imperativo de redução da dívida pública no curto prazo, numa clara opção pelos interesses dos credores em detrimento dos cidadãos contribuintes. Esta é uma situação tanto mais irrazoável quanto é crescentemente evidente que, na ausência de relançamento do crescimento económico, os Estados